

# ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO DESEMPREGO E DA INFORMALIDADE JUVENIL NO BRASIL (2012-2021)

Juliane Borchers<sup>1</sup>  
Leonardo José Oliveira e Silva Rosalem<sup>2</sup>  
Thiago Henrique Leite<sup>3</sup>  
Elisangela Araújo<sup>4</sup>

## Resumo

Esta pesquisa analisa os principais determinantes do desemprego e da informalidade juvenil para o Brasil, compreendendo o extrato etário de 20 a 34 anos. Os dados foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) nos períodos do primeiro trimestre de 2012, 2016 e 2019 e o segundo trimestre de 2021. Para tanto, foi empregada a metodologia *Logit* Multinomial que é utilizado para analisar as probabilidades associadas aos estados de desemprego e emprego sem carteira assinada, condicionadas a um conjunto de fatores exógenos. Dentre os principais resultados obtidos, a presente pesquisa sugeriu que as variáveis sexo e região de residência foram as que tiveram o maior impacto positivo no desemprego e na informalidade. Já o nível educacional foi a variável que evidenciou o maior efeito negativo nas variáveis de interesse.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho, Jovens, Desemprego, Informalidade, Pandemia Covid-19.

## Abstract

This research analyzes the main determinants of youth unemployment and informality for Brazil, comprising the age group from 20 to 34 years old. Data were extracted from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) in the periods of the first quarter of 2012, 2016 and 2019 and the second quarter of 2021. For this, the Logit Multinomial methodology was used, which is used to analyze the associated probabilities to states of unemployment and employment without a formal contract, conditioned to a set of exogenous factors. Among the main results obtained, the present research suggested that the variables gender and region of residence were the ones that had the greatest positive impact on unemployment and informality. The educational level was the variable that showed the greatest negative effect on the variables of interest.

**Keywords:** Labor Market, Young People, Unemployment, Informality, Covid-19 Pandemic.

**Área 7:** Microeconomia e Organização Industrial

**Código JEL:** E24 E26 J08

## 1. Introdução

O desemprego é um grave problema social que tem avançado nas últimas décadas, tanto em economias desenvolvidas como em desenvolvimento. Apesar de seus determinantes serem múltiplos e complexos, relacionados à dinâmica do capitalismo financeiro globalizado, às mudanças tecnológicas e gerenciais cada vez mais acirradas, dentre outros fatores, pode-se dizer, que índices de desemprego elevados retratam, em grande medida, a inaptidão de uma economia em constituir uma estrutura produtiva

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [juli\\_borchers@hotmail.com](mailto:juli_borchers@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [leonardo\\_rosalen@hotmail.com](mailto:leonardo_rosalen@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [thiago.hleite7@gmail.com](mailto:thiago.hleite7@gmail.com).

<sup>4</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE)/UEM. E-mail: [elaraujo@uem.br](mailto:elaraujo@uem.br).

dinâmica o suficiente para gerar postos de trabalho, em quantidade e qualidade suficiente, para as pessoas que desejam trabalhar.

Inserida nesta temática do desemprego está a questão da sua persistência e/ou maior incidência em certos grupos sociais, sendo um deles, o desemprego entre a população mais jovem. Acerca desse fato é importante ressaltar que, historicamente, os jovens possuem mais dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, pois, além de serem os que têm mais dificuldade no momento de buscar uma vaga de emprego, são também os que facilmente são demitidos em momentos de reversão do ciclo econômico.

Dessa forma, o desemprego entre os indivíduos mais jovens tem sido objeto de preocupação crescente por parte de estudiosos e dos *policy makers* em todo o mundo, suscitando políticas públicas para o emprego focada nesta faixa etária. Considerando um dos argumentos habituais para o desemprego juvenil, a dificuldade do jovem em adquirir o primeiro emprego, vale destacar que estudos, como o de Silva (2001) e Braga; Rodarte (2005), ressaltam aspectos como atitudes preconceituosas, tais como a opção por parte dos empresários por trabalhadores adultos, que somam experiência e hábitos de trabalho sedimentados, além da discriminação em relação a gênero, cor/raça, condição econômica da família e região de domicílio, sendo estes alguns dos obstáculos para a colocação do jovem no mercado de trabalho, principalmente para conseguir o primeiro emprego.

Em relação à realidade da economia brasileira, na última década (2010-2019), nota-se uma taxa de desemprego elevada nestas faixas etárias. Considerando-se as tendências da população jovem em relação a sua inserção no mercado de trabalho, vale notar que, a despeito da deterioração da conjuntura econômica a partir de 2015, a proporção de jovens de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos desempregados era de 20,8% e 15,3%, respectivamente, no segundo trimestre de 2014; aumentando, para 43,2% e 29,5%, respectivamente, no segundo trimestre de 2021. Além do desemprego elevado, cabe destacar que o surgimento de novas tecnologias, tais como as relacionadas à prestação de serviços (aplicativos), contribuiu para um aumento significativo de ocupações por conta-própria nos últimos anos (IPEA, 2020), elevando a informalidade e precarização do trabalho. E acrescenta ainda que, no cenário atual, da pandemia da Covid-19, cresceu o número de jovens procurando emprego, possivelmente, como forma de ajudar no orçamento familiar, já que muitos pais/familiares perderam os empregos.

Diante dessas considerações, o objetivo desse trabalho é analisar os determinantes do desemprego e da informalidade dos jovens de 20 a 34 anos de idade no Brasil. Esta faixa etária foi escolhida porque é nesta fase que se concentra a maior parte das pessoas que buscam integrar-se ao mercado de trabalho pela primeira vez, seja porque ingressaram e/ou finalizaram um curso superior, ou mesmo que já estão buscando se consolidar no mercado de trabalho. A ideia é investigar a influência das características individuais e domiciliares sobre a decisão em relação ao desemprego e o ingresso no mercado de trabalho informal. Para isso, utilizam-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do primeiro trimestre de 2012, 2016 e 2019 e o do segundo trimestre de 2021 e o modelo *logit* multinomial. A ideia consiste em observar o comportamento das duas variáveis de interesse, comparando-as no período anterior e posterior à reforma trabalhista, a partir da qual se propunha diminuir a taxa de desemprego no país, como um fator relevante para se desenharem políticas de longo prazo e programas sociais mais efetivos a partir do conhecimento dos determinantes do desemprego e da informalidade juvenil. Cabe destacar ainda que, uma contribuição potencial da presente pesquisa é analisar os determinantes da informalidade para os jovens. Outros estudos realizados até o momento, verificam os determinantes da informalidade para os trabalhadores em geral, mas não para os trabalhadores mais jovens, lacuna que esta pesquisa busca suprir.

O trabalho está dividido em mais três seções, além dessa introdução e da conclusão. A segunda seção apresenta uma revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema. A metodologia e os dados utilizados na pesquisa são descritos na seção três. Já na seção quatro são apresentados os resultados dos determinantes do desemprego e da informalidade juvenil no Brasil. Os principais resultados obtidos sugerem que as variáveis sexo e região de residência foram as que tiveram o maior impacto positivo no desemprego e na informalidade. Já o nível educacional foi a variável que evidenciou o maior efeito negativo sobre as referidas variáveis explicadas – desemprego e informalidade.

## 2. Taxa de desemprego e desemprego entre os jovens: breve conceitualização e algumas evidências

### 2.1 Desemprego: definição, causas e consequências

O desemprego é um passivo social que atinge sobretudo as camadas pobres e menos instruídas da população (SHIRASU; ARRAES, 2019). De forma simples pode dizer que representa a desocupação involuntária de indivíduos aptos ao trabalho (no Brasil, acima de 14 anos) e que estão à procura de emprego, mas que por algum motivo de força maior, se encontram fora do mercado de trabalho (IBGE, 2021). O desemprego e suas diferentes medidas, número absoluto de desempregados, taxa de desocupação em relação à força de trabalho, não acomete a todos os segmentos da sociedade da mesma forma, variando em incidência e duração, afetando especialmente as mulheres, negros, grupos tidos como minoritários<sup>5</sup>, idosos e os jovens (TATSIRAMOS; VAN OURS, 2014).

Não se atendo somente aos países em desenvolvimento, cabe notar que o desemprego também tem se mostrado um problema para os países de alta renda, que vem sofrendo com sucessivos aumentos em suas taxas de desocupação totais ou segmentadas (LIOTTI, 2020). As economias de países como a Itália, Espanha e Grécia, após a crise financeira de 2007-2008, registraram um aumento significativo na taxa de desemprego total (BOERI; JIMENO, 2016), fato que veio a se agravar ainda mais com o advento da pandemia da Covid-19 (SU *et al.*, 2021). Para a economia norte-americana, que historicamente apresenta taxas de desemprego inferiores à média dos países desenvolvidos, os indivíduos hispânicos, negros e os jovens continuam persistentemente ao longo das últimas décadas a compor a maior parcela de trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho formal (KOZICKI; GÓRNIKIEWICZ, 2020).

No oriente médio, os países do Golfo Pérsico ricos em petróleo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Catar e Bahrain) estão testemunhando um aumento expressivo no número de desempregados nos últimos anos, impactando sobretudo as mulheres, os jovens e os trabalhadores com menor qualificação (TRABULSI, 2019). Em contraste, o mercado de trabalho neozelandês exibiu nas últimas décadas alto dinamismo, alcançando a mínima histórica de 3,4% de taxa de desemprego entre 2007-2012 (MARÉ, 2018). Ainda assim, verifica-se que grupos étnicos locais como os Maori e Pasifika, bem como, os trabalhadores mulçumanos são os que compõem o maior contingente de indivíduos desempregados, indicando um problema a ser melhor debatido e considerado como parte relevante das políticas públicas (FOROUTAN, 2017).

Severamente afetado por uma recessão econômica prolongada na década de 1990, o Japão, por sua vez, experimentou um aumento expressivo em sua taxa de desemprego a partir dos anos 2000, que viria começar a ceder somente a partir 2010 (FURUOKA, 2017). Após dez anos, apesar da mudança relativamente pequena na já baixa taxa geral de desemprego, o mercado de trabalho japonês não passou ileso pelas consequências da pandemia de coronavírus, que resultou em uma alta na taxa de desemprego para os trabalhadores mais jovens, não regulares e as mulheres (KIKUCHI; KITAO; MIKOSHIBA, 2021).

Para os países em desenvolvimento, o desemprego é um problema latente, que corrobora direta e indiretamente com os altos índices de pobreza e desigualdade social (COBBINAH; ERDIAW-KWASIE; AMOATENG, 2015). Ao buscar na literatura estudos que versam sobre a temática para estes países, focando nas causas do desemprego e nos principais grupos marginalizados constata-se que, desde o advento da democracia na África do Sul, a pobreza, a desigualdade e o desemprego se destacam como os principais problemas socioeconômicos, afetando sobretudo os trabalhadores mais jovens e menos instruídos, que possuem junto com os mais idosos, o maior hiato médio entre o antigo e novo emprego (WAKEFIELD; YU; SWANEPOEL, 2020).

Na Índia, o crescimento econômico estagnado e o alto índice de desemprego se constituem os principais desafios macroeconômicos desde a década de 1990 (MATHAVAN, 2021). O aumento do número de subempregados nas últimas décadas camuflou o desemprego observado na economia indiana, que sofreu uma ampliação no número de trabalhadores alocados em funções com remuneração muito baixa,

---

<sup>5</sup> Segundo o Dicionário Michaelis (1998), as minorias correspondem ao subgrupo de uma sociedade que se considera ou é considerado diferente do grupo dominante, em face das características religiosas, étnicas, políticas, de nacionalidade, língua etc. e, em decorrência dessas diferenças, não tem a mesma participação na sociedade como um todo, nem as mesmas oportunidades, sofrendo, muitas vezes, discriminação e preconceito.

sem vínculo ou garantia trabalhista e/ou com carga horária reduzida (MOTIRAM; NARAPARAJU, 2018). Neste cenário, as mulheres, trabalhadores residentes em zonas rurais, os jovens e os trabalhadores com o ensino superior completo correspondem a maior parcela de trabalhadores desempregados da Índia (PUNAMIYA, 2020).

O mercado de trabalho mexicano, não se diferindo dos demais países em desenvolvimento, apresenta altas taxas de desemprego para a camada mais jovem de trabalhadores, especialmente para as mulheres e imigrantes a quem se destina os menores salários e os empregos com maior rotatividade (ANDRÉS-ROSALES; CZARNECKI; MENDOZA-GONZÁLEZ, 2019). De forma análoga, a existência de um mercado de trabalho particularmente hostil aos jovens e as mulheres em termos de oportunidades, salários, flexibilidade e demandas, descola uma parcela não desprezível da população chilena para o desemprego (GARCÉS; IBÁÑEZ; FUENTES, 2021).

A economia brasileira experimentou nos últimos vinte anos períodos de alta e baixa no desemprego, a depender, entre outros fatores, do mercado externo e do ambiente político e econômico interno (FIRPO; DE PIERI, 2018). As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, liberalização econômica e ajustes fiscais efetuadas a partir da década de 1990, conjuntamente com o aquecimento da economia brasileira e respectiva ampliação das camadas de proteção social, propiciaram um período de relativa estabilidade e declínio da taxa de desemprego, que atingiu sua mínima histórica entre os anos de 2013-2014 (FERREIRA; FIRPO; MESSINA, 2021).

Em 2015, com a eclosão de uma crise econômica e política, este cenário se inverte, refletindo-se nos piores índices de desemprego da história recente do Brasil (MATTEI; HEINEN, 2020). Não se diferindo de outrora, há um aumento da informalidade e do desemprego, sobretudo as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade, afetando em maior proporção as mulheres, negros, jovens e idosos (COSTA, 2020). Inevitavelmente, como efeito direto da pandemia de Covid-19 que teve início em março de 2020, o mercado de trabalho sofreu um novo abalo, contabilizando cerca de 13,7 milhões de pessoas sem trabalho (14,6% da população com 14 anos ou mais) no terceiro trimestre de 2020 (NEVES *et al.*, 2021).

## 2.2. O desemprego entre os jovens

Como mencionado, existe uma vasta literatura que versa sobre a temática, indo desde as causas do desemprego entre os jovens, até as consequências e principais implicações para a sociedade. Em comum, a maioria dos trabalhos, destaca que trata-se de um fenômeno presente na maioria dos países, resultando, entre outros em efeitos sociais e econômicos, como menores taxas de produtividade do capital humano (LIOTTI, 2020), por exemplo. Corrobora o fato de que, entre os anos de 1999 e 2019, o número de jovens no mundo, entre 15 a 24 anos, aumentou de 1 bilhão para 1,3 bilhões, enquanto sua participação na força de trabalho decresceu de 568 milhões para 497 milhões (ILO, 2020a).

Ao dispender longos períodos a procura de um emprego, além da perda de renda no curto prazo, estes trabalhadores enfrentam consequências futuras como intervalos maiores de desemprego entre uma ocupação e outra, perda de qualificação e diminuição de sua rede de *networking* (CACCIAMALI; TATEI, 2017). Não obstante, quanto menor o grau de escolaridade e experiência no mercado de trabalho, maior a probabilidade do desemprego de longa duração, sobretudo se os jovens procedem de estratos sociais de menor renda (BELL; BLANCHFLOWER, 2011).

No tocante ao primeiro emprego, constata-se que os jovens demandam mais tempo na busca por uma alocação no mercado de trabalho formal, e quando logram êxito, são submetidos ao excesso de trabalho, remunerações inferiores à média, além de enfrentar a maior rotatividade entre todas as faixas etárias (REIS; CAMARGO, 2007). A inexperiência para as funções requeridas, aliada à falta de *expertise* das regras que compõem o mercado de trabalho, ocasiona, muitas vezes, na desclassificação do candidato, fomentando este ciclo vicioso em detrimento dos trabalhadores mais jovens (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

Em alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o grande agravante do desemprego dos jovens é a alta rotatividade das vagas e não a contabilidade do período em que os jovens estão inativos (SCHOON; BYNNER, 2019). Não se diferindo dos norte-americanos, nos estados-membros da União Europeia os jovens são os mais suscetíveis ao desemprego em períodos de baixa na economia,

especialmente se imigrantes (ESPOSITO; COLLIGNON; SCICCHITANO, 2020). Para se ter uma ideia, no ano de 2014, cerca de 5 milhões de jovens entre 15 e 25 anos estavam desempregados, o que correspondia a 10% da população da faixa etária e 20% da população desempregada total do bloco econômico (TOMIĆ, 2018).

Nos países em desenvolvimento, há uma maior variedade de questões que tangenciam o desemprego juvenil, sendo alguns dos fatores já citados para os países desenvolvidos, acompanhados de uma alta taxa de informalidade, baixa qualificação do capital humano, além do maior tempo requerido para a realocação (CORROCHANO; LACZYNSKI, 2021). De fato, no caso brasileiro, a falta de qualificação adequada aliada as escassas oportunidades no mercado de trabalho formal, demonstram que o problema é multifacetário, demandando um esforço conjunto de vários segmentos da sociedade para a efetividade das ações (FERREIRA; FIRPO; MESSINA, 2021)

Devido às elevadas taxas de desemprego, constatou-se no Brasil um aumento exponencial na informalidade por parte dos jovens entre 15 e 29 anos, que em 2012 era de 43,8% passando para 49,2% no ano de 2019 (IBGE, 2020). Esta situação veio se agravar ainda mais com os efeitos da pandemia da COVID-19, que atingiu sobretudo os segmentos econômicos que demandam tanto a presença física do trabalhador, quanto a presença física dos clientes/usuários, como foi o caso do setor de serviços e a maioria dos trabalhos realizados no mercado de trabalho informal (BRIDI, 2020). Destaca-se ainda, que este ambiente adverso contribuiu para a ampliação expressiva da pobreza, agravando as desigualdades históricas já existentes no país (NEVES *et al.*, 2021).

Por fim, está claro que a subutilização deste grupo possui fortes implicações para a estrutura econômica, com externalidades que transbordam para toda a sociedade como, o aumento da criminalidade, da informalidade, da desigualdade de renda e piora da qualidade de vida dos entes que residem no mesmo domicílio (FURTADO, 2016). Analisar os determinantes do desemprego e da informalidade juvenil é essencial para uma maior compreensão da dinâmica do mercado de trabalho como um todo. Independente da estrutura econômica, verifica-se este grupo figura entre os mais negligenciados pelo mercado de trabalho, como será investigado nas seções subsequentes.

### **3. Base de dados e metodologia**

#### **3.1. Fontes dos dados**

A base de dados empregada neste estudo foi retirada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os períodos que compreendem aos primeiros trimestres dos anos de 2012, 2016, 2019 e o segundo trimestre de 2021. Implementada experimentalmente em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012 em caráter definitivo, a PNADC, que possui como unidade de investigação o domicílio, objetiva acompanhar as oscilações trimestrais da força de trabalho, captando sua evolução no curto, médio e longo prazo (IBGE, 2012).

Os recortes temporais propostos visam abranger as mudanças decorrentes da reforma trabalhista ocorrida em 2017 e seu respectivo impacto no desemprego e na informalidade juvenil, contemplando o início da série histórica no primeiro trimestre de 2012, o retrato do mercado de trabalho anterior a reforma com o primeiro trimestre de 2016, suas implicações de curto prazo com o primeiro trimestre de 2019 e o último trimestre de 2021, que reflete os exatos três anos após as mudanças nas normas trabalhistas, bem como, as consequências ao mercado de trabalho após pouco menos de dois anos da deflagração da pandemia de Covid-19.

O estrato etário estudado considera indivíduos entre 20 e 34 anos de idade. Embora haja a possibilidade de ingresso ao mercado de trabalho formal a partir dos 14 anos na posição de aprendiz (SAMPAIO, 2005), ou ainda a possibilidade de inserção a qualquer tempo no mercado informal, os empregos relatados nos anos iniciais apresentaram pouca representatividade para os períodos analisados. Sendo a juventude por definição uma construção social em constante mudança, optamos por uma configuração que compreendesse as faixas etárias com maior geração de empregos nos últimos anos,

levando também em consideração o acelerado processo de envelhecimento da matriz etária, ao estender a faixa etária final até os 34 anos.

A variável dependente foi construída com base na variável V4001 do questionário da PNADC, que traz como questão se o indivíduo trabalhou ou estagiou durante pelo menos 1 hora, em alguma atividade remunerada em dinheiro na semana de referência, e em conjunto também foi utilizada a variável V4005 que trata da questão de afastamento temporário do trabalho, de modo a isolar as pessoas que realmente não trabalharam no período de referência exclusivamente por motivo de não possuir um trabalho ou estágio remunerado. No Quadro 1, apresenta-se a variável dependente, bem como as variáveis explicativas utilizadas no modelo.

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas

Variável	Descrição
<b>Variável Dependente</b>	0 se desempregado 1 se trabalha 2 se trabalha sem carteira assinada
<b>Características do jovem</b>	
Sexo	Variável binária igual a 1 se é do sexo masculino.
Raça	Variável binária igual a 1 se é da raça Branca
Responsável pela casa	Variável binária igual a 1 se é a pessoa é a responsável pelo domicílio
Pessoa agregada na casa	Variável binária igual a 1 se é a pessoa é apenas um agregado no domicílio
<b>Características educacionais</b>	
Primário	Variável binária igual a 1 se tem até 4 anos de estudos completos
Fundamental	Variável binária igual a 1 se tem entre 8 e 10 anos de estudos completos
Médio	Variável binária igual a 1 se tem 11 anos de estudos completos
Cursando superior	Variável binária igual a 1 se tem entre 12 e 14 anos de estudos completos
Superior	Variável binária igual a 1 se tem 15 anos de estudos completos
Pós graduação	Variável binária igual a 1 se tem acima de 15 anos de estudos completos
<b>Características do domicílio</b>	
Número de moradores	
1-3	Variável binária igual a 1 se é o número de moradores do domicílio é entre 1 e 3 moradores
4-8	Variável binária igual a 1 se é o número de moradores do domicílio é entre 4 e 8 moradores
9-13	Variável binária igual a 1 se é o número de moradores do domicílio é entre 9 e 13 moradores
14-20	Variável binária igual a 1 se é o número de moradores do domicílio é entre 14 e 20 moradores
Acima de 20	Variável binária igual a 1 se é o número de moradores do domicílio é acima de 20 moradores
Centro-Oeste	Variável binária igual a 1 se reside na região centro-oeste do país
Nordeste	Variável binária igual a 1 se reside na região nordeste do país
Norte	Variável binária igual a 1 se reside na região norte do país
Sudeste	Variável binária igual a 1 se reside na região sudeste do país
Sul	Variável binária igual a 1 se reside na região sul do país

Fonte: Elaboração dos autores.

Já para a construção das variáveis de características educacionais utilizou-se a variável VD3005 que traz o número de anos de estudos, e desta forma, foram construídos os níveis educacionais primário, fundamental, médio, cursando ensino superior, superior completo e pós graduação (mestrado e/ou doutorado). Seguindo o mesmo raciocínio foram construídas as variáveis de características domiciliares a partir da variável VD2003 que trata do número de componentes do domicílio, que contabiliza de 0 a 30 pessoas.

Visando compreender os possíveis determinantes para o desemprego juvenil, as variáveis independentes utilizadas buscam refletir as características individuais desses jovens, tais como sexo, raça, responsabilidades e nível educacional. Há ainda as variáveis que refletem o contexto familiar, tal qual, o número de pessoas residindo no domicílio e as que representam a localização geográfica, tal como, as variáveis binárias que identificam a localização da residência entre as cinco macrorregiões do país, tendo em vista as variáveis disponíveis pela PNADC. Essas variáveis são comumente utilizadas na literatura (SILVA, 2001, CUNHA; ARAÚJO; LIMA, 2011 e MENDONÇA *et. al*, 2012). Há também na literatura o uso de outras variáveis, como por exemplo, experiência, características do chefe da família, características dos pais, estado civil, idade, renda per capita (SILVA, 2001, CUNHA; ARAÚJO; LIMA, 2011 e

MENDONÇA *et. al*, 2012), porém, nesse trabalho não foi possível incluir essas demais variáveis, pois, com a base de dados utilizada não é possível realizar a mensuração dessas variáveis.

### 3.2. Metodologia

A metodologia usada nesse trabalho para identificar os principais determinantes do desemprego e da informalidade dos jovens no mercado de trabalho se baseia nos modelos de escolhas discretas, em que a forma adequada de tratar esses problemas é fazer uso de probabilidades. Entre os métodos normalmente usados está o Modelo *Logit* Multinomial, no qual é utilizado para analisar as probabilidades associadas aos estados de desemprego e emprego sem carteira assinada (a categoria-base é a de “empregado”), condicionadas a um conjunto de fatores exógenos. Aplicações desses modelos na determinação da participação dos indivíduos na força de trabalho, para o Brasil, foram abordadas por Silva (2001), Curi; Menezes-Filho (2004), Cunha; Araújo; Lima (2011), Mendonça *et. al* (2012) e Rocha; Cunha (2020).

Nesse modelo, o objetivo é explicar a probabilidade de escolha da alternativa  $j$ , em que a  $p_j$  é função das características dos indivíduos. Especificamente, a probabilidade é determinada por  $p(Y=j|x)$ , com  $j=1, 2, 3, \dots, n$ . Um aspecto importante é o fato de a variável dependente mostrar-se na forma discreta. A regressão Multinomial *Logit* é empregada, quando a variável dependente em questão é nominal, sendo que o conjunto de categorias não pode ser ordenado de forma significativa, e é formada por mais de duas categorias. Segundo Greene (2012) e Cameron; Trivedi (2009), o modelo *logit* multinomial pode ser demonstrado pela seguinte expressão:

$$p_{ij} = \text{Prob}(Y_i=j|x_i) = \frac{e^{x_i\beta_j}}{\sum_{j=1}^m e^{x_i\beta_j}} \quad j=1, 2, \dots, m; i=1, 2, \dots, n \quad (1)$$

Em que  $Y_i$  é a variável aleatória que mostra a escolha;  $p_{ij} = \text{Pr}(Y_i=j|x_i)$  é a probabilidade de um indivíduo  $i$  optar pela escolha  $j$ ;  $x_i$  é a matriz de atributos observáveis para os indivíduos; e  $\beta$  é o vetor de parâmetros a serem estimados.

Conforme Cameron; Trivedi (2009), o modelo garante que  $0 < p_{ij} < 1$  e que  $\sum_{j=1}^m p_{ij} = 1$ , e, para garantir a identificação do modelo, o  $\beta_j$  é fixado em zero para uma das categorias, e os coeficientes são interpretados com respeito àquela categoria, chamada de categoria-base.

Segundo Greene (2012), a equação estimada gera um conjunto de probabilidades para  $J+1$  escolhas para o tomador de decisão com as características  $x_i$ . Empregando uma normalização em (1) e fazendo  $\beta_0 = 0$ , somente  $J$  parâmetros serão necessários para determinar as  $J+1$  probabilidades. Dessa maneira, a especificação do modelo é assim determinada:

$$p_{ij} = \text{Prob}(Y_i=j|x_i) = \frac{e^{x_i\beta_j}}{1 + \sum_{j=1}^m e^{x_i\beta_j}} \quad j=1, 2, \dots, m; i=1, 2, \dots, n; \beta_0=0 \quad (2)$$

O modelo *logit* multinomial é estimado pelo método de máxima verossimilhança, sendo que a função de verossimilhança pode ser derivada determinando, para cada indivíduo  $d_{ij}=1$ , se a alternativa  $j$  é escolhida pelo indivíduo  $i$ , sendo que um e somente um dos  $d_{ij}$ 's é 1. Desse modo, a função de verossimilhança vira uma generalização dos modelos *probit* e *logit*, como:

$$\ln L = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^J d_{ij} \ln \text{Prob}(Y_i=j|x_i) \quad (3)$$

Para simplificar a interpretação do modelo estimado, Pino (2007) *apud* Gonçalves (2011), recomenda calcular os efeitos marginais, derivando a equação (2):

$$\delta_{ij} = \frac{\partial p_{ij}}{\partial x_i} = p_{ij} \left[ \beta_j - \sum_{k=1}^m p_{ik} \beta_k \right] = p_{ij} [\beta_j - \bar{\beta}_i] \quad (4)$$

Em que  $\bar{\beta}_i = \sum_j^m p_{ij}\beta_j$  é a probabilidade média de  $\beta_j$ .

Conforme observado por Araújo *et al.* (2010), os efeitos marginais não necessariamente têm o mesmo sinal dos coeficientes estimados. Para as variáveis binárias, o efeito marginal demonstra a variação da probabilidade do acontecimento  $j$  entre dois grupos considerados e, para variáveis contínuas, o efeito marginal é a variação da probabilidade de ocorrência de um acontecimento  $j$ , em resposta ao aumento do valor da variável independente, avaliada em seu ponto médio.

É possível complementar a abordagem dos efeitos marginais por meio de uma forma alternativa de análise conhecida, como *odds-ratio* ou razão de risco relativo (RRR). Determina-se esta razão como a probabilidade de dado evento ocorrer, em relação a outro. Para tanto, considerando  $P_j$  como a probabilidade de ocorrência do evento, e  $1-P_j$  a probabilidade de não ocorrência, a razão de chances a favor do evento ocorrer é dada pelo quociente:

$$\frac{P_j}{1-P_j} \quad (5)$$

Com a transformação do *logit*, a expressão (5) torna-se a conhecida como *antilog* do *logit*. Essa interpretação é idêntica à do *logit* binário. A interpretação de variáveis quantitativas é realizada pelo incremento de uma unidade e pela comparação da categoria analisada com a categoria base. Já a interpretação para uma variável qualitativa é dada pela relação de uma categoria com a outra (MENDONÇA *et al.* 2012).

A razão de chances no modelo *logit* multinomial é definida por:

$$RRR = \frac{\frac{Prob(Y=j|x+1)}{Prob(Y=k|x+1)}}{\frac{Prob(Y=j|x)}{Prob(Y=k|x)}} \quad (6)$$

De acordo com Powers; Xie (2000), o conceito de risco relativo aproxima-se ao de *odds ratio*, sendo o risco definido como a probabilidade de ocorrência de determinado evento em um intervalo de tempo. Visando facilitar a interpretação, o *odds ratio* pode ser convertido em incremento percentual, conforme (7):

$$(odds-1) \times 100 \quad (7)$$

O referido resultado mostra a probabilidade de mudança da categoria base para a categoria em análise como fruto de variações das características dos indivíduos. Na sequência, são apresentados o resultado das estimativas e as discussões.

## 4. Resultados e discussão

### 4.1. Análise descritiva

Antes de se passar aos resultados das estimativas, é importante fazer uma contextualização acerca dos principais fatores explicativos do desemprego dos jovens no Brasil. A Tabela 1 traz as proporções de características dos desempregados no período em estudo. A proporção de homens de 20 a 34 anos desempregados se manteve estável durante todo o período estando em torno de 27%, enquanto que, a de mulheres foi mais baixa com média de 16%. Já as características por cor foram distintas, onde que, 4% das pessoas declaradamente brancas estiveram desempregadas.

As características educacionais apresentaram certa volatilidade entre os anos estudados, a proporção de pessoas que tinham somente o primário completo e estavam desempregadas aumentou de 6,72% no primeiro trimestre de 2012 para 9,28% em 2016, mas retornou ao mesmo patamar inicial no 2º trimestre de 2021. As proporções de desempregados com ensino fundamental completo estiveram sempre em torno de 7,8%, enquanto que, para os que tinham ensino médio completo em 2%. A maior proporção de desempregados por nível educacional foi daquelas pessoas que estavam cursando o ensino superior, chegando a atingir aproximadamente 22%. Já a menor proporção foi daqueles que tinham o ensino superior



completo estando em média em 1,5%, sendo consideravelmente menor que para pessoas que tinham pós graduação (mestrado e ou doutorado) com 4%.

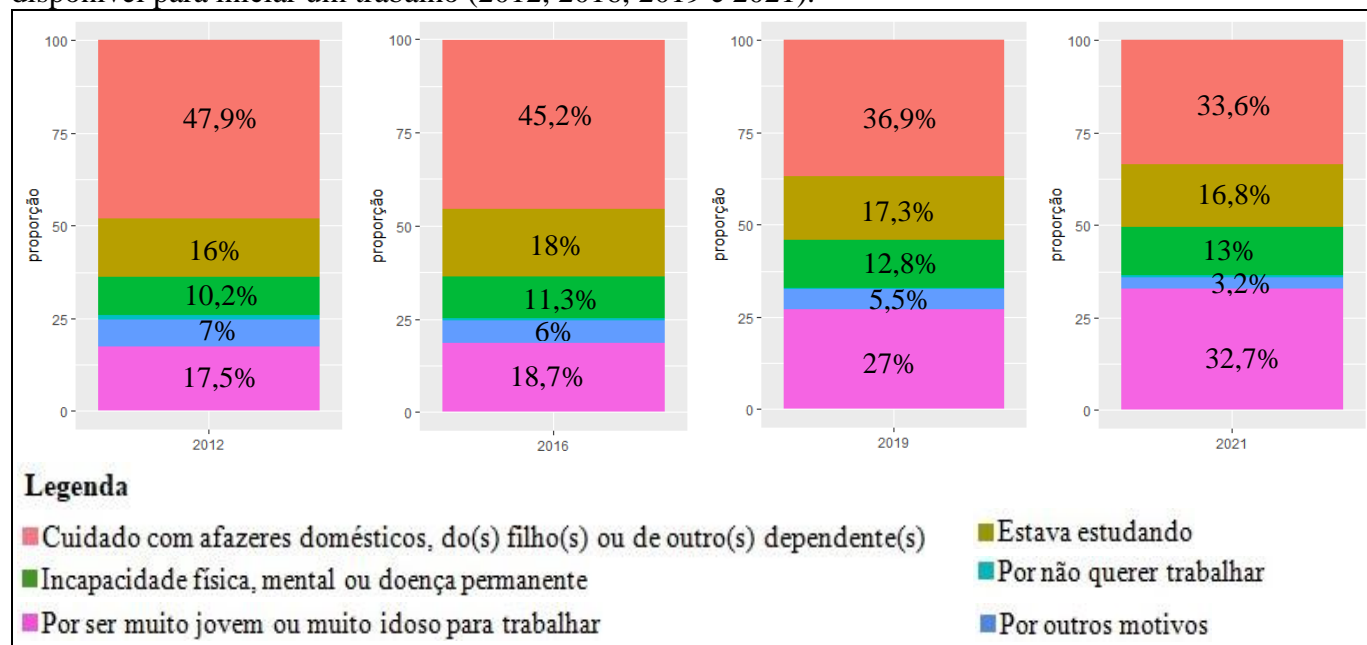
Tabela 1 – Porcentagem dos desempregados de 20 a 34 anos por características para os anos selecionados de 2012, 2016, 2019 e 2021.

	1º Tri 2012	1º Tri 2016	1º Tri 2019	2º Tri 2021
<b>Homem</b>	28,14	26,13	27,03	28,14
<b>Mulher</b>	17,03	13,90	16,07	17,03
<b>Branco</b>	4,05	3,07	4,02	4,05
<b>Demais cores</b>	41,12	36,95	39,07	41,12
<b>Primário</b>	6,72	9,28	8,16	6,72
<b>Ensino fundamental</b>	7,86	7,78	8,13	7,86
<b>Ensino médio</b>	2,25	1,94	2,13	2,25
<b>Cursando superior</b>	22,31	17,08	19,11	22,31
<b>Superior completo</b>	1,69	1,22	1,59	1,69
<b>Pós-Graduação</b>	4,34	2,71	3,96	4,34

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

A Figura 1 traz a dimensão em porcentagens dos motivos existentes para que os indivíduos não tivessem procurado trabalho ou não gostariam de ter trabalhado ou não estavam disponíveis para iniciar um trabalho. O motivo predominante no período estudado foi o de ter cuidado com afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) dependente(s), entretanto, tal proporção reduziu-se de 47,9% no primeiro trimestre de 2012 para 33,6% no segundo trimestre de 2021. Em contrapartida, o motivo de acreditar ser muito jovem para trabalhar elevou-se de 17,5% em 2012 para 32,7% em 2021.

Figura 1 – Motivo pelo qual não procurou trabalho, ou não gostaria de ter trabalhado, ou não estava disponível para iniciar um trabalho (2012, 2016, 2019 e 2021).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da PNADC.

O motivo de não querer trabalhar foi residual em todos os períodos analisados, estando sempre abaixo de 1% dos entrevistados, o que demonstra que os indivíduos são impedidos de trabalhar predominantemente por motivos de força maior. A causa estar estudando foi a que se manteve mais estável, estando em aproximadamente 17% dos motivos, enquanto que, a incapacidade física, mental ou doença permanente elevou-se de 10% em 2012 para 13% em 2021. Por fim, os demais motivos além daqueles mencionados na pesquisa, reduziram de 7% para 3,2%.

## 4.2. Análise dos resultados

Nesse tópico, são analisados os resultados do modelo *logit* multinomial para o desemprego e a informalidade dos jovens no Brasil. Ressalta-se que foram realizadas regressões com períodos diferentes para verificar as mudanças dos resultados em decorrência de mudanças nas normas trabalhistas brasileiras e os períodos da crise econômica vivida pelo país e a pandemia de Covid-19. Na Tabela 2 e na Tabela 3 estão as estimativas dos impactos dos determinantes em razão de chance (*odds ratio*)<sup>6</sup> para o desemprego e a informalidade dos jovens brasileiros com idade entre 20 e 34 anos, cuja categoria omitida foi a empregado. Importante lembrar que quando o valor da razão de chance é maior do que um, tem-se um coeficiente da variável independente foi positivo e quando a razão de chance é menor do que um, tem-se um coeficiente negativo.

Observa-se na Tabela 2, em relação as características dos jovens que os homens possuem um risco superior a 200% de estarem desempregados quando comparadas ao mulheres e que aqueles jovens declarados como brancos têm menor risco, 7,70% no primeiro trimestre de 2012 e 9,50% no segundo trimestre de 2021, de estarem desempregados quando comparados com os que foram classificados como demais raças. O resultado da variável raça está de acordo com os estudos de Silva (2001) e Braga; Rodarte (2005), que ressaltam atitudes discriminativas com relação a cor/raça, o qual é mais um obstáculo para a colocação do jovem no mercado de trabalho, principalmente para conseguir o primeiro emprego.

Sobre a variável que indica a responsabilidade do jovem na residência, verifica-se que em todos os períodos analisados, jovens que são os responsáveis pelo domicílio possuem um risco médio superior a 50% menor de estarem desempregados do que os jovens que não são os responsáveis pelo domicílio. A possível justificativa para esse resultado, encontra-se no fato que sendo o responsável pela residência o jovem está empregado mesmo que em um emprego com baixa remuneração pela necessidade em manter a renda do domicílio, no qual muitas vezes abrem mão dos estudos.

Com relação às características educacionais, todos os níveis educacionais superiores ao primário têm menor risco de estarem desempregados. De acordo com as estimações, jovens com o nível educacional de pós-graduação são os que possuem os menores risco de desemprego, superior a 80% menor de estar desempregado em relação aos que possuem o ensino primário. Em relação à composição familiar, o grupo omitido nesse modelo foi o com 1 a 3 membros. O resultado para famílias compostas por 14 a 20 membros apresentou o maior risco de os jovens estarem desempregados, 95% em comparação com famílias compostas por apenas 1 a 3 membros no segundo trimestre de 2021, o qual apresentou o maior risco entre os períodos analisados.

Quanto à localização dos domicílios, observou-se que jovens que residem na região nordeste, seguido da região norte, tem um risco maior de desemprego em comparação aos residentes na região sul, cujo risco é de 264,70% e 171,40% maior, respectivamente no segundo trimestre de 2021, o qual apresentou os maiores riscos entre os períodos analisados. Já a região onde os jovens residentes têm um risco menor de desemprego é na região sudeste do país, onde o risco de desemprego é de 47,10% comparado a região sul no segundo trimestre de 2021.

---

<sup>6</sup> Como os valores na Tabela 2 são apresentados na forma de razão de risco, pode-se transformar os valores encontrados para as razões de risco em semi elasticidades do risco com relação às variáveis. Para tanto, é necessário subtrair o valor da razão de risco por 1 e multiplicar o resultado por 100.

Tabela 2- Estimativas para o desemprego dos jovens – Brasil (*odds ratio*)

Variáveis	Desempregados			
	1º tri 2012	1º tri 2016	1º tri 2019	2º tri 2021
<b>Características do jovem</b>				
Homem <sup>a</sup>	3,453***	3,134***	3,052***	3,072***
Branco <sup>b</sup>	0,923***	0,983	0,973	0,905***
Responsável pela casa	0,340***	0,401***	0,485***	0,490***
Pessoa agregada na casa	0,894	0,939	0,811*	0,745*
<b>Características educacionais<sup>c</sup></b>				
Ensino Fundamental	0,692***	0,734***	0,689***	0,722***
Ensino Médio	0,586***	0,707***	0,638***	0,611***
Cursando nível superior	0,372***	0,430***	0,392***	0,422***
Superior completo	0,397***	0,455***	0,452***	0,462***
Pós-graduação	0,192***	0,205***	0,206***	0,192***
<b>Características do domicílio</b>				
<b>Número de membros na casa<sup>d</sup></b>				
4-8	1,125***	1,238***	1,319***	1,279***
9-13	1,239***	1,591***	1,911***	1,688***
14-20	1,722**	1,533**	1,843**	1,950*
Acima de 20	1,720	-	0,475	-
<b>Regiões<sup>e</sup></b>				
Sudeste	1,321***	1,383***	1,272***	1,471***
Centro oeste	1,288***	1,399***	1,440***	1,588***
Nordeste	2,574***	2,560***	3,088***	3,647***
Norte	2,151***	2,161***	2,485***	2,714***
Constante	0,534***	0,548***	0,630***	0,636***
<b>Estatísticas</b>				
Estatística Chi <sup>2</sup>	26720,83	22166,21	20703,64	12677,40
<i>p-value</i> da estatística Chi <sup>2</sup>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Pseudo R2	0,0985	0,0879	0,0855	0,0880
<i>N</i>	136.295	128.286	121.438	72.947

Notas: <sup>a</sup> Mulher como categoria de referência, <sup>b</sup> Categoria de referência: Demais cores, <sup>c</sup> Primário como categoria de referência, <sup>d</sup> Categoria de referência: zero a três pessoas no domicílio e <sup>e</sup> Sul como região de referência. Níveis de significância \*\*\* 1%, \*\*5% e \*10%. Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

As estimativas apresentadas na Tabela 2, demonstram que, nos períodos analisados, não houve alteração significativas nos determinantes do desemprego juvenil no Brasil. Isso significa que o desemprego juvenil possui uma característica estrutural que mesmo após a reforma trabalhista de 2017, se manteve. Tal fato, é um indicador de que política pública para o emprego nesta essa faixa etária tem sido pouco efetiva.

Em suma, jovens homens, não brancos, residentes na região nordeste e norte do país e em famílias maiores possuem maiores riscos de estarem desempregados. Já jovens com maior nível educacional e que são responsáveis pelos domicílios possuem menores riscos de estarem desempregados. Esses resultados, em sua maioria, estão de acordo com os resultados encontrados em outros trabalhos. Cunha; Araújo; Lima (2011) verificaram que os jovens entre 16 e 29 anos de idade no Brasil metropolitano com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, do sexo masculino, de cor branca e chefes de família tinham menor probabilidade de estar desempregados. Sendo que, em geral, os chefes são os responsáveis pela totalidade ou maior parte do orçamento doméstico, portanto, sua busca por emprego tenderia a ser mais intensa e persistente.

Verifica-se a seguir na Tabela 3, que os homens possuem um risco superior a 57% de estarem empregados sem carteira assinada quando comparadas ao mulheres no primeiro trimestre de 2012, porém esse risco foi se reduzindo nos períodos analisados, chegando a um risco maior de 27,90% no segundo trimestre de 2021. Em relação a variável que indica a responsabilidade do jovem na residência, pode-se

notar que, em todos os períodos analisados, jovens que são os responsáveis pelo domicílio possuem um risco menor de estarem empregados sem carteira assinada do que os jovens que não são os responsáveis pelo domicílio. Esse resultado, deve-se ao fato que estar empregado proporciona maior segurança financeira ao jovem responsável pela residência.

Tabela 3- Estimativas para a informalidade dos jovens – Brasil (*odds ratio*)

Variáveis	Empregados sem carteira assinada			
	1º tri 2012	1º tri 2016	1º tri 2019	2º tri 2021
<b>Características do jovem</b>				
Homem <sup>a</sup>	1,570***	1,392***	1,368***	1,279***
Branco <sup>b</sup>	0,995	1,011	1,041	1,003
Responsável pela casa	0,743***	0,799***	0,775***	0,792***
Pessoa agregada na casa	1,437**	1,425**	1,212	1,188
<b>Características educacionais<sup>c</sup></b>				
Ensino Fundamental	0,791***	0,801***	0,798***	0,831***
Ensino Médio	0,671***	0,753***	0,665***	0,684***
Cursando nível superior	0,456***	0,484***	0,447***	0,497***
Superior completo	0,725***	0,730***	0,628***	0,812***
Pós graduação	0,399***	0,430***	0,435***	0,463***
<b>Características do domicílio</b>				
<b>Número de membros na casa<sup>d</sup></b>				
4-8	1,031*	1,046**	1,068***	1,021
9-13	1,366***	1,277***	1,322***	1,054
14-20	1,840***	1,327	0,611	1,890
Acima de 20	0,001	-	0,001	-
<b>Regiões<sup>e</sup></b>				
Sudeste	1,635***	1,463***	1,587***	1,875***
Centro oeste	1,434***	1,257***	1,478***	1,750***
Nordeste	2,699***	2,501***	3,064***	3,369***
Norte	2,260***	2,139***	2,188***	2,669***
Constante	0,228***	0,236***	0,264***	0,231***
<b>Estatísticas</b>				
Estatística Chi <sup>2</sup>	26720,83	22166,21	20703,64	12677,40
<i>p-value</i> da estatística Chi <sup>2</sup>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Pseudo R2	0,0985	0,0879	0,0855	0,0880
<i>N</i>	136.295	128.286	121.438	72.947

Notas: <sup>a</sup> Mulher como categoria de referência, <sup>b</sup> Categoria de referência: Demais cores, <sup>c</sup> Primário como categoria de referência, <sup>d</sup> Categoria de referência: zero a três pessoas no domicílio e <sup>e</sup> Sul como região de referência. Níveis de significância \*\*\* 1%, \*\*5% e \*10%. Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

Sobre as características educacionais, tem-se que todos os níveis educacionais superiores ao primário têm menor risco de estarem empregados na informalidade. De acordo com os resultados exibidos na Tabela 3, jovens com nível educacional de pós-graduação são os que possuem os menores risco de estarem empregados no sistema informal, superior a 50% menor de estar empregado sem carteira assinada em relação aos que possuem o ensino primário.

Com relação a localização dos domicílios, observou-se que jovens que residem na região nordeste seguida da região norte possuem um risco maior de estarem empregados na informalidade em comparação aos residentes na região sul, cujo risco é de 236,90% e 166,90% maior, respectivamente no segundo trimestre de 2021, o qual apresentou os maiores riscos entre os períodos analisados e um aumento expressivo nesse risco, superior a 30% em comparação com o primeiro trimestre de 2012. Já a região onde os jovens residentes têm um risco menor de estarem no mercado de trabalho informal é na região centro-oeste do país, onde o risco de informalidade é de 75% comparado a região sul no segundo trimestre de

2021. Mas mesmo para a região centro-oeste os resultados mostram um aumento expressivo nesse risco, inclusive o maior aumento de risco entre as regiões, em torno de 73% em comparação com o primeiro trimestre de 2012.

Sucintamente, a presente pesquisa sugere que jovens homens e residentes nas regiões nordeste e norte tem maior risco de estarem empregados em trabalhos informais. No caso de jovens responsáveis pelo domicílio e com alto nível de escolaridade, há menores riscos de trabalharem em empregos informais. Considerando os estudos nesta linha, cabe notar que os resultados desta pesquisa, para as variáveis responsáveis pelo domicílio e a escolaridade, estão em concordância com os referidos estudos. Os trabalhos de Duarte (2020) e Duarte (2021), por exemplo, avaliam o comportamento dos determinantes da informalidade para o município de São Paulo e para a Região Metropolitana do Recife através de um modelo logit e Probit para o período de 2010 e observam que a probabilidade de trabalho informal diminui conforme o aumento da escolaridade e que o chefe de domicílio tem menor probabilidade de estar no setor informal.

## 5. Comentários Conclusivos

O presente estudo teve por finalidade analisar os determinantes do desemprego e da informalidade dos jovens no Brasil. Especificamente, propôs-se em investigar a influência das características individuais e domiciliares sobre a decisão em relação ao desemprego e do ingresso no mercado de trabalho informal. Para tal, foi empregado o modelo *logit multinomial* aos dados da PNADC do primeiro trimestre de 2012, 2016 e 2019 e o do segundo trimestre de 2021, objetivando captar o comportamento das duas variáveis de interesse no período anterior e posterior a reforma trabalhista, bem como, na parcial mais recente disponibilizada até então, que marca o encerramento do segundo ano da deflagração da pandemia de COVID-19. Foram considerados para a análise deste trabalho os jovens com idade entre 20 e 34 anos.

Os principais resultados sugeriram a importância das características individuais e domiciliares no que tange a composição dos níveis de desemprego e de informalidade. Entre as características individuais, se tem que o risco, tanto do desemprego, quanto da informalidade, é maior entre os homens na comparação com as mulheres. O nível educacional dos jovens de ambos os sexos é um fator que contribui com a redução do desemprego e da informalidade observados, corroborando com a literatura existente. No tocante as características domiciliares, um aspecto relevante é o fato de que famílias compostas por mais de 14 membros possuem maiores chances de terem integrantes jovens desempregados na comparação com um núcleo familiar de até 3 pessoas.

Espacialmente, verifica-se que os jovens não brancos e residentes nas regiões nordeste e norte do país, possuem as maiores chances de estarem desempregados ou empregados no mercado de trabalho informal. Para todos os períodos analisados não houve alterações significativas nos determinantes do desemprego juvenil, indicando que a reforma trabalhista não surtiu o efeito esperado para a faixa etária trabalhada. O último trimestre de 2021 apresentou piora na maioria dos indicadores analisados, devido aos reflexos da pandemia de COVID-19 que ainda consterna o mundo.

Em síntese, a alocação dos indivíduos mais jovens no mercado de trabalho sempre foi uma tarefa árdua para os estudiosos e formuladores de políticas públicas. As inúmeras barreiras à entrada no mercado formal deslocam uma parcela considerável de jovens trabalhadores para o trabalho informal ou para o desemprego. Levando em consideração as características desta dinâmica, políticas com o enfoque educacional direcionadas e adequadas as intempéries regionais, combinadas com políticas que visem a inclusão de grupos historicamente segregados, poderiam ter boas probabilidades de sucesso.

## Referências

ANDRÉS-ROSALES, R; CZARNECKI, L; MENDOZA-GONZÁLEZ, M. A Spatial Analysis of Precariousness and The Gender Wage Gap in Mexico, 2005–2018. **The Journal of Chinese Sociology**, v. 6, n. 1, pp. 13, 2019.

- ARAÚJO, A.A.; LIMA, J.E. de; LIMA, J.R.F.; GOMES, M.F.M. Trabalho Infantil no Brasil: Análise dos Principais Determinantes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 373-394, dez. 2010.
- BELL, D. N. F.; BLANCHFLOWER, D. G. **Youth Unemployment in Europe and the United States**. 2011.
- BOERI, T.; JIMENO, J. F. Learning from the Great Divergence in Unemployment in Europe During The Crisis. **Labour Economics**, v. 41, p. 32–46, 2016.
- BRAGA, T. S.; RODARTE, M. M. S. A Inserção Ocupacional e o Desemprego dos Jovens: O Caso das Regiões Metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 877-904, 2005.
- BRIDI, M. A. A Pandemia Covid-19: Crise e Deterioração do Mercado de Trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 141–165, 2020.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília: Ipea, 2017.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics Using Stata**. Texas: State Press, 2009.
- COBBINAH, P. B.; ERDIAW-KWASIE, M. O.; AMOATENG, P. Rethinking Sustainable Development Within the Framework of Poverty and Urbanisation in Developing Countries. **Environmental Development**, v. 13, p. 18–32, 2015.
- CORROCHANO, M. C.; LACZYNSKI, P. Coletivos Juvenis nas Periferias: Trabalho e Engajamento em Tempos de Crise. **Linhas Críticas**, v. 27, p. e36720–e36720, 2021.
- CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho num Contexto de Recessão. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 501–520, 2020.
- COSTA, S. S. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969–978, 2020.
- CUNHA, D. A.; ARAÚJO, A. A.; LIMA, J. E. Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 3, 2011.
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Anais do XXXII Encontro Nacional da Anpec**, 2004.
- DUARTE, L. B. Determinantes da informalidade e desemprego no mercado de trabalho da região metropolitana do recife no período de 2010. **Revista de Estudos Sociais**, v. 22, n. 45, p. 37-62, 2020.
- DUARTE, L. B. Utilização do Modelo Logit para Analisar os Determinantes do Desemprego e Informalidade no Município de São Paulo. **Revista Estudo & Debate**, v. 28, n. 1, 2021.
- ESPOSITO, P.; COLLIGNON, S.; SCICCHITANO, S. The Effect of Immigration on Unemployment in Europe: Does the Core-Periphery Dualism matter? **Economic Modelling**, v. 84, p. 249–258, 2020.
- FERREIRA, F. H. G.; FIRPO, S. P.; MESSINA, J. Labor Market Experience and Falling Earnings Inequality in Brazil: 1995–2012. **The World Bank Economic Review**, n. lhab005, 2021.

- FIRPO, S.P.; DE PIERI, R. G. The Labor Market in Brazil, 2001-2015. **IZA World of Labor**, n. 441, 2018.
- FOROUTAN, Y. Muslim Minority of New Zealand in Global Context: Demographic Perspective. **Journal of Muslim Minority Affairs**, v. 37, n. 4, p. 511–519, 2017.
- FURTADO, A. Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional. **Estudo Técnico**. Brasília. Câmara dos Deputados, 2016.
- FURUOKA, F. Unemployment Dynamics in The Asia-Pacific Region: A Preliminary Investigation. **The Singapore Economic Review**, v. 62, n. 5, 2017.
- GARCÉS, C. R.; IBÁÑEZ, M.; FUENTES, G. Población Nini en Chile: Motivos para La Exclusión Laboral y Educativa. **Ajayu Órgano de Difusión Científica del Departamento de Psicología UCBSP**, v. 19, n. 1, p. 195–213, 2021.
- GONÇALVES, M.F. **Agricultores Familiares Produtores de Mamona no Ceará: Nível Tecnológico e Seus Determinantes** (Dissertação de Mestrado). Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, 2011.
- GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. 7th ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=2758&t=sobre>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O que é desemprego?** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012 - 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20653&t=downloads>. Acesso em 20 dez. 2021.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and The Future of Jobs**. Geneva, International labour office, 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 68, Brasília, 2020.
- KIKUCHI, S.; KITAO, S.; MIKOSHIBA, M. Who Suffers from the COVID-19 Shocks? Labor Market Heterogeneity and Welfare Consequences in Japan. **Journal of the Japanese and International Economies**, v. 59, p. 101117, 2021.
- KOZICKI, B.; GÓRNIKIEWICZ, M. Unemployment Rate in Poland and USA during COVID-19 Pandemic: A Case Study. **European Research Studies Journal**, v. XXIII, p. 187–200, 2020.
- LIOTTI, G. Labour Market Flexibility, Economic Crisis and Youth Unemployment in Italy. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 54, p. 150–162, 2020.

- MARÉ, D.C. The Labor Market in New Zealand, 2000-2017. **IZA World of Labor**, n. 427, 2018.
- MATHAVAN, A. H. P. B. The Relationship between Unemployment and Economic Growth in India: Granger Causality Approach. **NVEO - Natural Volatiles & Essential Oils Journal | NVEO**, p. 1265–1271, 2021.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da Crise da Covid-19 no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 647–668, 2020.
- MENDONÇA, T.G.; LIMA, J.E.; LIMA, J.R.F.; LÍRIO, V.S.; PEREIRA, V.F. Determinantes da Inserção de Mulheres Jovens no Mercado de Trabalho Nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, v.43, n.4, p. 161-174, 2012.
- MICHAELIS, H. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1998. E-book. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=RQvY Z>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- MOTIRAM, S.; NARAPARAJU, K. Unemployment Burden and Its Distribution: Theory and Evidence from India. **Review of Development Economics**, v. 22, n. 2, p. 787–807, 2018.
- NEVES, J.; MACHADO, M.L; OLIVEIRA, L.D.A.; MORENO, Y.M.F.; MEDEIROS, M.A.T.; VASCONCELOS, F.A.G. Unemployment, Poverty, and Hunger in Brazil in Covid-19 Pandemic Times. **Revista de Nutrição**, v. 34, 2021.
- POWERS, D. A.; XIE, Y. **Statistical Methods for Categorical Data Analysis**. San Diego: Academic, 2000. 305 p.
- PUNAMIYA, S. Unemployment in India and Jobs of the Future. **Available at SSRN 3753488**, 2020.
- REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. Desemprego dos Jovens no Brasil: Os Efeitos da Estabilização da Inflação em um Mercado de Trabalho com Escassez de Informação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, p. 493–518, 2007.
- ROCHA, B. W.; CUNHA, M. S. Determinantes das transições no mercado de trabalho brasileiro, crise econômica e desigualdade racial: uma análise para o período 2012-2019. In: 48° Encontro Nacional de Economia, 2020, Brasília. **Anais do 48° Encontro Nacional de Economia**. Brasília: UCB, 2020. v. I. p. 1-20.
- SAMPAIO, A. V. **O Mercado de Trabalho no Estado do Paraná entre 1992 e 2003**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2005.
- SCHOON, I.; BYNNER, J. Young People and the Great Recession: Variations in the School-to-work Transition in Europe and the United States. **Longitudinal and Life Course Studies**, v. 10, n. 2, p. 153–173, 2019.
- SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. Decisão dos Jovens Brasileiros: Trabalhar e/ou Estudar ou nem-nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 49, n. 2, p. 34, 2019.
- SILVA, N. D. V. **Jovens Brasileiros: O Conflito entre Estudo e Trabalho e a Crise de Desemprego**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.



SU, C.-W.; Dai, K.; Ullah, S.; Andlib, Z. COVID-19 Pandemic and Unemployment dynamics in European Economies. **Economic Research-Ekonomska Istraživanja**, p. 1–13, 2021.

TATSIRAMOS, K.; VAN OURS, J. C. Labor Market Effects of Unemployment Insurance Design. **Journal of Economic Surveys**, v. 28, n. 2, p. 284–311, 2014.

TOMIĆ, I. What Drives Youth Unemployment in Europe? Economic vs non-economic Determinants. **International Labour Review**, v. 157, n. 3, p. 379–408, 2018.

TRABULSI, H. Industrial Development and Combating Unemployment in Arab Countries. **International Business Research**, v. 12, n. 9, p. 43, 2019.

WAKEFIELD, H. I.; YU, D.; SWANEPOEL, C. Revisiting Transitory and Chronic Unemployment in South Africa. **Development Southern Africa**, v. 0, n. 0, p. 1–21, 2020.